

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 16, número 1 (2025)

ISSN: 2177-2886

Artigo

Vidas Móveis em Trânsitos Cotidianos: A Mobilidade das Empregadas Domésticas em Contexto Urbano na Cidade de Montes Claros-MG

Vidas Móviles en Tránsito Cotidiano: La Movilidad de las Trabajadoras Domésticas en un Contexto Urbano en la Ciudad de Montes Claros- MG

Mobile Lives in Daily Traffic: The Mobility of Domestic Workers in an Urban Context in The City of Montes Claros- MG

Guélmer Júnior Almeida de Faria
Universidade Federal de Viçosa – Brasil
guelmerjrf@yahoo.com.br

Como citar este artigo:

FARIA, Guélmer Júnior Almeida de. Vidas Móveis em Trânsitos Cotidianos: A Mobilidade das Empregadas Domésticas em Contexto Urbano na Cidade de Montes Claros-MG. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 16, n. 1, p. 05-26, 2025. ISSN 2177-2886.

Disponível em:
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Vidas Móveis em Trânsitos Cotidianos: A Mobilidade das Empregadas Domésticas em Contexto Urbano na Cidade de Montes Claros-MG

Vidas Móviles en Tránsito Cotidiano: La Movilidad de las Trabajadoras Domésticas en un Contexto Urbano en la Ciudad de Montes Claros- MG

Mobile Lives in Daily Traffic: The Mobility of Domestic Workers in an Urban Context in The City of Montes Claros- MG

Resumo

Este artigo tem por objetivo compreender como se dá a apropriação dos espaços públicos urbanos a partir das experiências sociais das empregadas domésticas negras. Percebe-se assim que as mobilidades cotidianas das empregadas domésticas negras se manifestam e se territorializam nos espaços da diferença nas cidades. Com base na técnica etnográfica combinada com a observação participante e a observação do comportamento manifesto, acompanhou-se as experiências das empregadas domésticas no meio urbano, desde seu ir e vir para o trabalho nas casas de suas patroas às conexões que atuam na apropriação dos espaços públicos. Isso foi feito mobilizando análises centradas na *Black Geographies*, no feminismo negro e na mobilidade urbana a partir de uma abordagem interseccional. Além disso, são reveladas performances de inserção dessas interlocutoras no modo de fazer a cidade que engloba a construção de redes de sociabilidade feminina e de táticas de resistência às expulsões e às diversas formas de perseguição e controle inerentes ao exercício dessas atividades laborais e ao atravessamento delas pelas ordens de gênero e de raça.

Palavras-Chave: Etnografia urbana; Mobilidade urbana; Empregadas domésticas; Geografia negras; Cidades.

Resumen

El objetivo de este artículo es comprender cómo es la apropiación de los espacios públicos urbanos a partir de las experiencias sociales de las trabajadoras domésticas negras. Señalamos que las movilidades cotidianas de las trabajadoras domésticas negras se manifiestan y se territorializan en los espacios de la diferencia en las ciudades. A partir de la técnica etnográfica combinada con la observación participante y la observación de comportamientos manifiestos, seguimos las experiencias de las trabajadoras domésticas en el medio urbano, desde su entrada y salida para trabajar en casa de sus empleadores hasta las conexiones que establecen en la apropiación de los espacios públicos. Para ello, se movilizaron análisis centrados en las Geografías Negras, el feminismo negro y la movilidad urbana desde un enfoque interseccional. Además, se revelan las performances de inserción de estas interlocutoras en el modo de hacer ciudad, que abarca la construcción de redes de sociabilidad femenina y tácticas de resistencia a los desalojos y las diversas formas de persecución y control inherentes al ejercicio de estas actividades laborales y su cruce por los órdenes de género y raza.

Palabras-Clave: Etnografía urbana; Movilidad urbana; Trabajadoras domésticas; Geografía negra; Ciudades.

Guélmer Júnior Almeida de Faria



Abstract

The aim of this article is to understand how urban public spaces are appropriated based on the social experiences of black domestic workers. We observed that the daily mobility of black domestic workers is manifested and territorialized in the spaces of difference in cities. Based on the ethnographic technique combined with participant observation and observation of overt behavior, we followed the experiences of domestic workers in the urban environment, from their coming and going to work at their employers' homes to the connections they make in appropriating public spaces. The analyses carried out were centered on Black Geographies, Black feminism and urban mobility from an intersectional approach. In addition, the performances of these interlocutors' insertion into the way of doing the city are revealed, which encompasses the construction of networks of female sociability and tactics of resistance to evictions and the various forms of persecution and control inherent in the exercise of these labor activities and their crossing by gender and race issues.

Keywords: Urban ethnography; Urban mobility; Domestic workers; Black geography; Cities.

Introdução

Este artigo tem por objetivo compreender como se dá a apropriação dos espaços públicos urbanos a partir das experiências sociais das empregadas domésticas negras, os fluxos e contrafluxos, as práticas, os significados e os sentidos que essas sujeitas atribuem às questões sociológicas do movimento e do deslocamento e como estes, por sua vez, afetam a perspectiva centrada nas *black geographies*, privilegiando sua interpretação na geografia expressiva – “in-visível” se comparada à geografia hegemônica – e o agenciamento das mulheres negras no/pelo espaço na dinâmica urbana.

Assim, partindo da premissa de que as mobilidades cotidianas de empregadas domésticas negras se manifestam e territorializam espaços da diferença nas cidades, pretende-se mostrar os constrangimentos nos deslocamentos em meio urbano a partir de um grupo de empregadas domésticas da cidade de Montes Claros/MG, em relação ao transporte público (ônibus), à apropriação de espaços públicos (pontos de ônibus, praças), ao território (local de trabalho) e às redes (amizades, vizinhos e familiares).

Na atualidade, a ocupação de trabalhadoras domésticas está frequentemente associada às mulheres negras de meios pobres, que são vítimas de preconceito racial no seu ambiente de trabalho no espaço urbano e por parte do Estado. Os dados referentes à população negra no trabalho doméstico constataam que, das 5,7 milhões de trabalhadoras, 3,9 milhões são mulheres negras. Sendo assim, esse grupo corresponde a 63% do total de trabalhadoras/es domésticas/os do Brasil (IPEA, 2019). Por conseguinte, estes estereótipos contribuem para a subalternidade das experiências das trabalhadoras domésticas no ambiente urbano.

Diante de tal cenário, as configurações desses espaços congregam valores, normas, sentidos e ações de determinada sociedade em seu contexto histórico. Aqui, fala-se dos marcadores sociais da diferença que se interseccionam com a questão da mobilidade urbana. Para uma sociedade patriarcal, racista, classista e capitalista, o rebatimento sobre grupos à margem tem maior incidência.

Nessa entoada, observamos que são as mulheres negras e trabalhadoras

Guélmer Júnior Almeida de Faria

domésticas que estão alijadas no espaço público urbano. Contudo, na visão de Vidal e Souza (2018), os deslocamentos de mulheres pelos espaços das cidades, entre suas casas, vizinhanças, escolas, lojas, ruas e locais de trabalho remunerado para realizar as atividades que envolvem interação com os equipamentos urbanos, os diversos meios de transporte a seu alcance e com outros sujeitos, especialmente homens adultos, que compartilham a cidade com elas, são uma faceta da vida social que vem sendo retirada da invisibilidade há alguns anos, sobretudo a partir da contribuição de estudos de geógrafas feministas.

Diante disso, as questões que dimensionam esta pesquisa são: a) Como as empregadas domésticas negras se movem nos espaços públicos? b) Como o meio urbano contribui para acentuar as desigualdades de condições de mobilidade, especialmente para as empregadas domésticas negras? Para responder a essas questões, adota-se a perspectiva de tomar as experiências das empregadas domésticas no meio urbano desde sua locomoção para o trabalho nas casas de suas patroas e as conexões que atuam na apropriação dos espaços públicos, tais como o meio de transporte, o ponto de ônibus, a distância da residência ao local de trabalho e as redes sociais (solidariedade, laços e amizades).

Nesse horizonte, emprega-se a técnica etnográfica combinada com a observação participante e a observação do comportamento manifesto, que correspondem, de forma mais específica, às conversas realizadas em diálogos e acompanhamentos de pesquisa de origem e destino, considerando-se que isso promove diferenças nas atividades, nos padrões de viagens e na forma de vivenciar a cidade (Fagnani, 1983). O diário de campo, por sua vez, foi cruzado por diferentes fontes de dados de acordo com a realização da pesquisa.

Na pesquisa, alinho-me ao debate da Geografia denominada *black geographies* (McKittrick, 2006; McKittrick; Woods, 2007). Nesse ponto, retorno ao diálogo de Katherine McKittrick (2006, p. 7) que define essa perspectiva como “[...] padrões geográficos subalternos ou alternativos que agem ao lado e além das geografias tradicionais e como um terreno de disputas”. Tal perspectiva realiza uma crítica à “geografia tradicional” que, com uma leitura do espaço centrada em um sujeito homem, branco e heterossexual, reforça narrativas geográficas hegemônicas e escamoteia outras visões e experiências do espaço.

Aqui, recorro à reflexão de gênero/feminismo¹ e mobilidade urbana, como mostram os estudos de Silveira *et al.* (2022) subsidiadas pelas discussões sobre mobilidade urbana e gênero, apontando para a necessidade de políticas urbanas atentas às particularidades das práticas de mobilidade da mulher preta, reconhecendo as potencialidades das suas formas de transitar, ressaltando a importância de valorizar e favorecer suas experiências.

Diante desse movimento, emergem discussões em torno da mobilidade urbana de mulheres. A pesquisa de Lyra (2020) analisou a espacialização do

1 O gênero é visto a partir das relações de poder mais ampliadas do binarismo entre homem e mulher. O feminismo amplifica a luta pela igualdade de gêneros (homens e mulheres) e por uma maior participação da mulher na sociedade na superação da exploração/dominação/opressão.

medo e as opressões vividas pelas mulheres no espaço público. Os estudos da antropóloga Candice Vidal e Souza (2018) em dois bairros da Região Metropolitana de Belo Horizonte contribuem para compreender os deslocamentos descritos analiticamente como práticas de movimento situadas no espaço social, atentando para os efeitos de gênero e local de moradia nos trajetos dos sujeitos nas cidades.

Além disso, é preciso ressaltar a existência da pesquisa de Gabriela Cicci Faria (2019), que se debruçou sobre os critérios de escolha utilizados na mobilidade urbana para desvelar dinâmicas complexas na relação entre gênero, espaço e tempo. Já os estudos de Anna Letícia Araújo Leal (2023) e Amanda Karoline de Sousa Costa e Marcela Dimenstein (2023) examinam o cotidiano das mulheres negras por meio da interseccionalidade sobre a influência e constrangimentos da produção do espaço urbano.

No que diz respeito, especificamente, às mulheres e à utilização dos espaços urbanos, Renata Adriana Rosa (2018) analisou as experiências de uso do tempo e de mobilidades femininas através de narrativas de mães de alunas e alunos, coordenadoras das unidades, professoras e auxiliares de serviços gerais em quatro unidades públicas de educação infantil em relação ao tempo de cuidados.

Outrossim, em relação ao meio de transporte, a pesquisa de Alexandra Arca Zimmermann (2018) fornece subsídios teóricos-empíricos para compreender a virada da mobilidade e a distribuição diferenciada do capital móvel entre homens e mulheres, por meio do MOVE, sistema *Bus Rapid Transit* (BRT) da cidade de Belo Horizonte e sua área metropolitana. Por fim, coincidindo com nosso objeto de estudo, Júlia de Freitas Correia Lyra (2023) realizou uma pesquisa que relata as narrativas de trabalhadoras domésticas remuneradas na intenção de apreender e analisar suas experiências em mobilidade na cidade de Maceió, no estado brasileiro de Alagoas.

Tendo em vista tais questões e considerando a interseccionalidade na mobilidade urbana a partir de uma tendência do feminismo negro, a finalidade deste artigo é ampliar o debate sem que ele se esgote, embasando-o em referências à espacialidade do corpo da trabalhadora doméstica negra. Neste estudo, chamaram a atenção as valiosas contribuições de intelectuais como Lélia Gonzalez (2019), Beatriz Nascimento (2019), Patrícia Hill Collins (2019), Angela Davis (2016) e Sueli Carneiro (2005). O diálogo com os pensamentos e ações das mulheres negras provocou a reflexão sobre como a branquitude acrítica apaga esse poder e a liberdade da trabalhadora doméstica na cidade.

Nessa encruzilhada, a mobilidade urbana e as relações de gênero encontram terreno fértil, uma vez que “[...] as pessoas habitam e transitam por espaços de forma diferente segundo gênero, raça, classe, sexualidade, geração e segundo a intersecção entre essas dimensões” (Mayorga; Rueda, 2019, p. 9). Corroborando com Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177), a perspectiva interseccional, “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”.

Dessa forma, este estudo tem por escopo contribuir com esse debate,

esquadrinhando compreender, por meio de uma inserção empírica tomando como ponto de partida a condição de empregadas domésticas (diaristas ou mensalistas), desvelar as trajetórias, as condições de trabalho, o curso da vida e a mobilização dessas sujeitas sociais e as diferentes dimensões das condições materiais de vida experienciadas por essas mulheres. Ademais, justifica-se este estudo pelo dizeres do antropólogo Gilberto Velho (2002, p. 40), para quem “os estudos desenvolvidos na cidade são, portanto, investigações sobre a sociedade brasileira”.

O restante deste artigo está estruturado da seguinte forma: a primeira apresenta uma revisão teórica sobre o feminismo negro e a mobilidade urbana a partir de uma abordagem interseccional. Em seguida, é feita a descrição dos caminhos metodológicos percorridos. Por fim, a terceira apresenta o desfecho da pesquisa, pontuando a mobilidade feminina negra entre a casa e o trabalho entremeado pelo contexto urbano e os aspectos centrais da análise e das considerações finais.

A cidade também é feminina e negra: feminismo negro e mobilidade urbana a partir da perspectiva interseccional

Nesta seção, será realizada uma contextualização sobre as motivações e justificativas que embasam a pesquisa sobre geografia feminista negra, assim como sobre as geografias negras (Guimarães, 2020) enraizadas e encaminhadas por meio de uma política negra interdisciplinar e anticolonial mais ampla. Além disso, as geografias feministas negras são uma expressão geográfica do campo interdisciplinar dos estudos feministas negros², profundamente influenciados por Sylvia Wynter e outros trabalhos feministas negros.

O debate no Brasil sobre a interseccionalidade vem sendo articulado, nos últimos anos, em espaços acadêmicos, principalmente pelas geografias feministas (Silva; Silva, 2014) e geografias negras³, que valorizam existências espaciais intercruzadas por múltiplos eixos de opressão. Serão abordadas questões relevantes como a invisibilidade das mulheres negras na produção do conhecimento geográfico, a importância de abordagens interseccionais e a necessidade de promover a ampliação da diversidade epistêmica na academia.

As feministas negras deram contribuições significativas para dismantlar o modelo universalizante de feminilidade do feminismo branco e o seu desrespeito pelas mulheres negras. Também abriram caminho para a visibilidade de outras opressões enfrentadas por aqueles considerados “fora da norma”: os pobres, os marginalizados, as mulheres e os LGBTQIAP+. O feminismo negro formulou uma importante crítica à teoria feminista e às suas categorias analíticas, denunciando o racismo que existe dentro do movimento de mulheres brancas (Carneiro, 2003; 2005; Collins, 2019).

A ativista e psicóloga Maria Aparecida da Silva Bento (2002), nessa mesma

2 Cf.: McKittrick, Katherine. *Demonic grounds: Black women and the cartographies of struggle*. University of Minnesota Press, 2006.

3 Cf.: Por uma Geo-grafia Negra, 2019. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/ppge/wp-content/uploads/2019/09/manifesto.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.



perspectiva, afirma que as mulheres negras continuam a ser consideradas o grupo mais discriminado do mercado de trabalho, o que é reflexo da “indignação narcísica” e do silêncio constrangedor das mulheres brancas. O que a autora denomina de pacto da branquitude aponta para as omissões e o lugar da invisibilidade das mulheres negras e a autopreservação dos privilégios brancos que são reforçadas na geografia feminista branca. Assim, a contribuição da autora para a geografia feminista negra está em contrapor a visão da geografia tradicional sobre o racismo endêmico e seus atos genocidas legitimados pelo poder no espaço.

A partir da visão de ciência, a filósofa Sueli Carneiro (2003; 2005) demonstra o epistemicídio como centralidade da educação. A reprodução do poder é realizada no saber e na subjetividade por meio do dispositivo de racialidade/biopoder. Desse modo, explicam-se os motivos pelos quais demoramos a ler pensadores como a própria Sueli Carneiro e muitos outros motivos que explicam a cultura racista e sexista do nosso país. Essas reflexões pretendem superar essa construção social como a proposta do dossiê “Geografias feministas negras”.

A ativista e antropóloga Lélia Gonzalez (2019) contribui valorosamente para a compreensão da posição das mulheres negras no duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Aqui, a ciência geográfica pode se beneficiar tanto da atuação política quanto intelectual da autora antirracista e antissexista. Nesse contexto, a mobilidade urbana de mulheres trabalhadoras negras nos levou a reconhecer o papel central das mulheres negras como sujeitas fundamentais na vida social, cultural e econômica, justificando a inclusão de sua contribuição nesta análise.

Nesse viés, Gonzalez (2019) analisa o processo de formação cultural do Brasil a partir da mulher negra em três papéis sociais atribuídos, contextualizados a partir do seu reconhecimento como expressões do racismo como neurose cultural: a mulata, a empregada doméstica e a mãe negra. A mulata é uma figura do imaginário social característica de valores coloniais com forte apelo à sexualização dos corpos da mulher negra, ligada ao patriarcado e à domesticidade.

O papel social da empregada doméstica no cenário de formação cultural brasileira se assenta na servidão e na essencialização das tarefas domésticas, enquanto a imagem da mãe negra reflete a espacialização do cuidado e da maternidade. Isso terá rebatimento na ocupação de babás e cuidadoras infantis, como podem ser vistas por várias praças nas cidades brasileiras. Essas figuras são úteis para a compreensão da mulher negra e das práticas generificadas e racializadas que a geografia tem apresentado (Gonzalez, 2019).

Segundo a visão da ativista e historiadora Beatriz Nascimento (2019), a mulher negra, contrariamente à mulher branca, sempre desempenhou função produtiva. Nesse ponto reside o fato de que as mulheres negras nem sempre foram tratadas como humanas. As relações de poder, muito presentes nas análises geográficas, dão conta de capitalizar mentes e corpos da negritude feminina, primeiro como escravas na casa-grande, depois no campo, no trabalho penoso e braçal suplementar no corte e no engenho; e segundo como mães para reproduzir “bons filhos escravos” para o tráfico negreiro e mão de obra, conforme aponta Angela Davis (2016). A violação dos corpos por meio



do estupro naturalizava a condição feminina negra e a ocupação do espaço público era singular para tal vulnerabilidade.

Para a filósofa marxista americana Silvia Federici (2017), na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, pois o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens e forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho. Daí a relevância que o corpo adquiriu, em todos os seus aspectos – maternidade, parto, sexualidade – tanto dentro da teoria feminista quanto na história das mulheres.

O saber feminista trata de uma “política do corpo” (Federici, 2017, p. 34) e, nessa interpretação, o controle dos corpos está relacionado à restrição das mulheres à condição de trabalhadoras não assalariadas no lar ou na base precarizada dos trabalhos domésticos mal remunerados.

Portanto, a geografia feminista negra toma por base as alegações de Souza *et al.* (2020, p. 47), que nos dizem sobre “somar análises sobre as dimensões identitárias envolvidas na construção dos corpos e de suas espacialidades”. Os autores ressaltam que o espaço não é apenas a dimensão material em que essas relações se desenvolvem, mas também representa o domínio fundamental em que essas identidades são elaboradas.

A socióloga americana Patrícia Hill Collins (2019) buscou analisar como o feminismo negro desmascarou uma série de performances que se traduziram em apagamentos sociais das mulheres negras. A autora mostra como a figura da *mammy* e da matriarca negra transfigura de modo peculiar opressões interseccionais de classe, gênero, raça e sexualidade, religião e deficiências.

Esses retratos justificam o controle e a exploração econômica que segmentam o mercado de trabalho, confinando as mulheres negras ao trabalho doméstico e de cuidados, e seguem como normas. São realidades postas em várias cidades brasileiras das “mães solo” chefes de família, das diaristas etc. Essa base teórica auxilia na compreensão crítica de como as mulheres trabalhadoras domésticas e negras se movem pelas cidades e de como a geografia pode contribuir para esse debate. Ou seja, discordar da interpretação da paisagem urbana como de invisibilidade, mas de demarcar outras arenas de vivência, subsistência e transformação social (Alsayyad; Roy, 2009).

A divisão racial do espaço, afirmada por Gonzalez (2019), permanece no Brasil contemporâneo. A presença das mulheres no espaço urbano deve ser considerada em diferentes interfaces e interseccionalidades, pois a mobilidade urbana de empregadas domésticas negras é realizada pelo e no trabalho.

Dessa forma, essas mulheres cruzam a cidade entre o centro e a periferia entre os “bairros brancos”, que são os mais valorizados e ricos, e os “bairros negros” periféricos e marginalizados (Garcia, 2020). Nesse trajeto cotidiano de reprodução social, o “fazer a cidade” e vivenciar os espaços públicos passam despercebidos como reflexo da sobrecarga do trabalho, das jornadas múltiplas e do pouco tempo disponível para o lazer.

À luz dessa problemática, Vidal e Souza e Oliveira (2021) destacaram que a mobilidade diária das mulheres pelos espaços das cidades, entre suas casas, vizinhanças, escolas, farmácias, lojas, ruas, praças e locais de trabalho remunerado para realizar as atividades que envolvem interação com os

equipamentos urbanos, os diversos meios de transporte ao seu alcance e a capacidade de realizar atividades que envolvam interação com outros sujeitos, principalmente os homens adultos que compartilham a cidade, são aspectos que se tornaram visíveis para a sociedade nos últimos anos. Isto se deve, em grande parte, à contribuição da pesquisa de geógrafas feministas.

Aqui, pode-se observar o ponto de vista da geógrafa inglesa Doreen Massey (2009), que explica como a mobilidade dos sujeitos varia e, ainda, como a mobilidade de alguns sujeitos pode realmente levar ao confinamento de outro/as. Essa abordagem contradiz a história linear das mulheres terem conquistado o direito de circular em espaços públicos. Isto diz respeito apenas às mulheres brancas da classe média que entram no mercado de trabalho; em oposição, muitas mulheres negras, pobres e marginalizadas continuam a entrar no mercado de trabalho doméstico e de cuidados: enfrentam casas que não são suas, salários baixos e níveis variados de opressão racial e de gênero.

Essa base teórica busca capturar a relação corpo-espço identificando as relações paradoxais que constituem a espacialidade da empregada doméstica negra em seu aspecto relacional, que encontra desafios maiores em relação à trabalhadora branca. Essas perspectivas fragilizam a cidadania das empregadas domésticas negras, no sentido em que se reconhece o seu papel reprodutivo (serviços domésticos e de cuidados) ao mesmo tempo em que há ainda grande dificuldade na sua inclusão urbana no “viver a cidade”. Para De Certeau (1998), a cidadania é performada nas atividades cotidianas dos sujeitos nos espaços urbanos. É a mobilidade dos corpos que introduz significados e sentidos, “territorializa” a cidade. Logo, a experiência urbana das trabalhadoras domésticas negras torna imperativo pensar também o feminismo negro como agente de uma política urbana que luta por cidadania plena – traduzida como uma disputa por “direito à cidade”⁴ (Freitas; Gonçalves, 2021).

Caminhos metodológicos

A via metodológica desta pesquisa congrega uma aproximação qualitativa que almeja produzir uma consciência geográfica e social da mobilidade urbana das empregadas domésticas na *urbe* em estudo. A abordagem qualitativa foi a que nos proporcionou maior compreensão na construção de dados. Ela se caracteriza, segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 17), como “uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações”.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa tem como foco a interpretação do universo de vida cotidiana das sujeitas. Captar os diferentes sentidos e significados auxilia na compreensão da relação entre o indivíduo e seu contexto. Assim, Denzin e Lincoln (2006) dizem que a pesquisa qualitativa é vista como o mundo da experiência vivida, pois é nele que a crença individual, a ação e a cultura se entrecruzam.

Assim, apresentar um recorte narrativo reforça uma postura metodológica defendida por várias feministas negras, que propõem uma escrita em primeira

4 Cf.: LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Centauro, São Paulo, 2001.

pessoa e relatos pessoais (por vezes autoetnográficos) tecidos com teorias, conceitos e categorias de análise que compõem a base desta geografia existencial e corporificada. Contudo, é feita aqui a ressalva de que o autor seja um homem branco, de classe média e homossexual. Como um cientista social feminista, defendo uma ciência insubmissa, humanista e antirracista; por isso a escolha do caminho metodológico passa pelo enaltecimento da subjetividade das minhas interlocutoras.

A partir da necessidade das informações mencionadas, a construção do corpo de dados foi realizada por meio dos seguintes instrumentos: estudos exploratórios (pesquisa e análise bibliográfica, pesquisa documental) e observação participante (Whyte, 2005) com anotações em diário de campo.

Ademais, Büscher *et al.* (2011) nos convida a ser metodologicamente móveis, seja fazendo deslocamentos de fato pela cidade ou de forma a rastreá-los por meio de relatos, mapas e memórias sobre as mobilidades. Com esse objetivo, foram realizados acompanhamentos de pesquisa de origem e destino e conversas, além de diálogos ao longo do trajeto.

A ideia original da entrada empírica era convidar algumas empregadas doméstica para uma oficina. Entretanto, à medida que se avançava nos contatos e nas tentativas de aproximação, observou-se que, tanto no ponto de ônibus do condomínio em que trabalhavam quanto no percurso até o trabalho, um rico material de pesquisa se avolumava. Ademais, quando falamos de cidades, referimo-nos à compreensão do que “faz a cidade” do antropólogo Michel Agier (2011). Isso está subjacente ao conceito de “cidade bis”, que é a cidade tal como entendida pelos antropólogos em termos de prática, relacionamentos e expressões criadas do cidadão, cuja situação ele próprio observa diretamente.

Nesse sentido, o interesse está no contexto dos estudos urbanos para explorar o multicultural, o multitemporal, a heterogeneidade e a pluralidade a partir de uma perspectiva profunda e interna que possa ser examinada para identificar e explicar a vida cotidiana (Magnani, 2002). Além disso, este texto reflete aspectos da vida das pessoas que constroem a cidade. Desse ponto de vista, construímos a cidade e visualizamos as empregadas domésticas que são construídas pela cidade.

Ademais, utiliza-se da perspectiva da interseccionalidade como ferramenta metodológica e analítica, baseada na contribuição de intelectuais negras que compõem o *corpus* bibliográfico e de referências. Isso assume vasta importância pois, nesse cenário, o entrecruzamento de camadas (gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência, localidade) compreende a mobilidade urbana de empregadas domésticas negras de modo complexo. Desse modo, a metodologia interseccional é

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas

específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Dessa maneira, as análises dos dados buscam registrar de modo interseccional as condições sociais, políticas e culturais da mobilidade urbana de empregadas domésticas negras. Por essa entoadada analítica, vai-se pensar sobre as condições de mobilidade atuais das mulheres considerando os deslocamentos cotidianos como práticas de movimento situadas no espaço social e físico as quais sofrem modulações de acordo com gênero, idade, composição do grupo doméstico, condições financeiras e local de moradia (Vidal; Souza, 2018).

A seguir, descrevem-se as particularidades da mobilidade urbana de um grupo social em Montes Claros, Minas Gerais, considerando a experiência daquelas que a vivenciam. Esses dados fornecem um panorama singular, um suporte no desvelamento das peculiaridades desse processo, até então pouco abordadas nos escritos sobre a cidade.

Da casa para o trabalho e do trabalho para casa: mobilidades urbanas de empregadas domésticas negras em Montes Claros/ MG

Empregadas domésticas negras de Montes Claros

Por diversos momentos durante a observação participante, dialogou-se com as interlocutoras sobre o trabalho, localidades e contextos, isto é, sobre a vida delas em diversos espaços públicos, tais como em relação ao transporte público (ônibus), apropriação dos equipamentos urbanos (pontos de ônibus), território (local de trabalho) e redes (amizades, vizinhos e familiares). Nessa escala, Montes Claros/MG se encaixa no que seria uma “cidade grande” para as interlocutoras. Embora as classificações demográficas a classifiquem como cidade média (Pereira, 2007), isto é contextualizado quando os códigos urbanos montes-clarense constroem uma centralidade citadina na região Norte do estado de Minas Gerais.

Conhecida como um polo centralizador da dinâmica urbana regional, a transformação de Montes Claros de uma cidade agrário-mercantil para uma cidade urbano-industrial se refletiu diretamente na configuração da sua estrutura urbana: a expansão do tecido urbano, a periferização do uso e ocupação do solo, a proliferação de assentamentos subnormais, a segregação socioespacial, a descentralização comercial do centro e o surgimento de novas centralidades.

Em termos populacionais é composta por mais de quatrocentos mil habitantes, sendo considerada a quinta cidade mais populosa do Estado, atrás apenas de Juiz de Fora, Contagem e Uberlândia (IBGE, 2022). Com relação à atividade econômica montes-clarense, esta tem como base as seguintes indústrias transnacionais: Lafarge (França), Novo Nordisk (Dinamarca), Nestlé (Suíça), Sanovo Greepack (Dinamarca) e Elster (Alemanha). O mercado de trabalho local é composto pelo setor de serviços, que responde por 53,4% das admissões, seguido pelo setor do comércio, com aproximadamente 22%. A

construção civil vem em terceiro, com aproximadamente 11,5%. A indústria responde por cerca de 10,9% e a agropecuária em torno de 2,5% (Souza; Sindeaux, 2024).

Assim, confere-se à cidade de Montes Claros um setor industrial diversificado, onde há empreendimentos de pequeno, médio e grande porte, assim como expressão no setor educacional, saúde e de serviços. Nesse contexto, a cidade representa uma centralidade perante os municípios ao seu redor. Para as empregadas domésticas da pesquisa, a cidade traz possibilidades de oportunidades, seja para o estudo, seja para o trabalho quando comparadas com as “roças” – zonas rurais nas quais muitas delas têm origem. Nesse sentido, acabam por se tornar um lugar estratégico para muitas meninas e mulheres entrarem no mercado de trabalho.

O que mais chama atenção para o caso da região analisada é a compreensão dessa origem comum das trabalhadoras domésticas imigrantes, que pode ser vista como uma prática cultural relacionada à “cultura doméstica” de arregimentar meninas e mulheres para o trabalho doméstico urbano e à “cultura migratória” das famílias pobres da região Norte de Minas Gerais, assim como a construção de estratégias de sobrevivência dos grupos familiares baseado no gênero (Faria, 2024).

Destarte, o ambiente urbano que deveria proporcionar mais alternativas por meio de amplas oportunidades, acaba por gerar impedimentos à performance de suas identidades de “viver a cidade”. O trabalho doméstico é marcado por horas extenuantes de jornada, segundo uma das interlocutoras:

O horário de chegar em casa é 20h30 pra 20h40 da noite. Ainda vou fazer cuidar da casa, cuidar de dois filhos – um tem 5 anos e o outro tem 7. Vou varrer casa, passar pano, fazer janta, lavar roupa, ver dever de escola dos meninos. Vou dormir lá pelas 1h30, 2h da manhã. Ai só encosto a cabeça no travesseiro, amanhece e tenho que voltar pra rotina de novo.

O relato fortalece o entendimento da associação do trabalho doméstico com a urbanidade, que intersectam a vida cotidiana na perspectiva da classe trabalhadora e da cidadinidade (modos de viver na cidade), pois quando as empregadas domésticas falam em oportunidades na cidade, isso diz respeito, principalmente, ao trabalho e ao uso do tempo (Rosa, 2018).

A cientista política americana Sheela Subramanian (2008) questiona o que é projetado em espaços e corpos particulares. Para ela, os discursos mantêm os corpos racializados em lugares definidos. O que chama a atenção é que um mesmo corpo circula em determinado espaço apenas quando está em movimento, no caso da empregada doméstica, quando ela está indo ou voltando do trabalho. Essa regulamentação não acontece por acaso. Sujeitos, corpos e espaços são constituídos por significados socialmente atribuídos de raça e gênero. A produção do espaço e a produção de conceitos de raça e gênero estão intimamente interligadas.

Entrada em campo: “o ponto de ônibus”

Localizado em frente ao condomínio das casas das patroas, em um bairro de classe alta em Montes Claros/MG, foram realizadas visitas durante o mês de agosto de 2018 sempre a partir das 15 horas e 30 minutos, horário do fim do expediente. Naquela época, a pesquisa tinha como objetivo a produção da tese de doutorado. Enquanto estávamos no ponto de ônibus, conversávamos com as domésticas. Elas aguardavam seus transportes e as narrativas desvelavam histórias de precarização, exploração e desvalorização do trabalho doméstico. Estar presente, observar, ouvir reclamações e participar de ambientes que as domésticas frequentam possibilitou, em alguma medida, fazer incursões nas histórias de vidas dessas mulheres.

Assim, havia mulheres que vieram de municípios pequenos da região, mulheres que vieram do meio rural, mulheres realizando o processo migratório, algumas pela primeira vez, outras já vivenciando esse processo ao longo de toda uma vida. Ainda, domésticas que trabalham há mais de vinte anos na mesma residência, que começam um novo emprego naquela semana, mulheres que auxiliam outras mulheres na busca de emprego. Muitos relatos, muitas falas entrecortadas, muitas vivências, dramas, medos e assédios.

Uma das primeiras impressões foi a mangueira do condomínio que molhava a grama, que passava bem no piso do ponto de ônibus. Muitas mulheres tinham seus pés molhados e não tinham como se sentar no banco do ponto. Questionei-me: já que esse horário (15h30 às 16h30) é a saída dessas trabalhadoras, o condomínio não tinha outro horário para molhar a grama? Cabe refletir sobre as maneiras pelas quais as mulheres negras não são tratadas com humanidade e parcimônia.

Diante disso, Nascimento (2019) advoga que uma sociedade organicamente individualizada tende a massificar, serializar coisificar as pessoas. Desse modo, o ponto de ônibus representa um equipamento urbano que demonstra a falta de preocupação com quem de fato o utiliza e desumaniza a mulher negra, banalizando a vida em nome do trabalho para a reprodução da economia capitalista. Essa narrativa, de acordo com Silveira et al. (2022, p. 7), “cumpre uma função na construção dos estereótipos de gênero e determina a produção do espaço urbano, ignorando os modos de deslocamento femininos”. Em convergência, Sojourner Truth (2020)⁵, reivindica:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços (Truth, 2020, [n. p.]!)

As mulheres negras e trabalhadoras domésticas estão inseridas em uma divisão racial do espaço urbano conforme aponta González (2019). Notam-se

5 “Peregrina da Verdade”, Sojourner Truth (1797 – 6 de novembro de 1883) foi o nome adotado, a partir de 1843, por Isabella Baumfree, uma abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher. Truth nasceu no cativeiro em Swartekill, Nova York. Seu discurso mais conhecido “Não sou uma mulher?”, foi pronunciado em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio.

que os marcadores sociais das diferenças sistematizam a presença das mulheres nos espaços urbanos, vistas apenas como corpos que se movem para e no trabalho. As análises que partem das perspectivas das mulheres negras serão, portanto, centrais para o desenvolvimento de políticas urbanas destinadas a reduzir as desigualdades dentro e fora dos debates sobre mobilidade urbana e para promover a cidadania (Silveira *et al.*, 2022). Por isso, é por meio do serviço de transporte público que podem ampliar ou reforçar as interseccionalidades.

A linha do transporte público que faz o trajeto é a de número 5801 (Foto 1) – Vila Sion/Vila Mauricéia via Ibituruna –, que liga o centro “bairros brancos” à periferia, os “bairros negros” (Garcia, 2020). O acompanhamento dos trajetos e trânsitos dessas empregadas domésticas por meio de uma abordagem etnográfica pelo espaço urbano se fez pertinente para entender a mobilidade feminina nas cidades e as lógicas de transporte público, que acaba alocando linhas de regiões periféricas para regiões centrais onde há trabalho, constituindo uma organização direcionada às atividades produtivas (Silveira *et al.*, 2022).

Embora o transporte público seja utilizado principalmente por mulheres e essa ligação não seja habitualmente considerada no planejamento da mobilidade urbana, em Montes Claros se pode observar que essas mulheres são muito dependentes do horário dessa linha. Alguns relatos dão conta de descrever a perda de tempo, chegar atrasadas a compromissos sociais, para buscar os filhos na escola e de que passam mais horas no transporte do que em casa descansando. Isso revela que a mobilidade também é estruturada por relações étnicas e raciais que podem criar ou reforçar relações de poder enraizadas (Gonzalez, 2019). Se pensarmos nas relações de poder como uma construção da cidade, faz sentido observar como elas se refletem na prática, na vida cotidiana das mulheres negras (Davis, 2016).

Foto 1 – Ponto de ônibus do bairro Ibituruna, Montes Claros/MG, 2018



Fonte: Autor (2019).

Pegando carona no ônibus: “só carrega doméstica!”

Segundo Costa e Dimenstein (2023), o deslocamento cotidiano das participantes observadas até o trabalho é o principal elemento motivador para realização de trajetos na cidade. Como atravessam a cidade em longas distâncias entre estes locais e a residência, exige-se o uso do transporte público.

A viagem no ônibus das domésticas revelou aspectos cruciais para compreender a mobilidade diária durante os deslocamentos de bairros periféricos da cidade para a região mais nobre. Muitas mulheres domésticas fazem esse percurso todos os dias. São muitas as conversas entre as dificuldades e alegrias do cotidiano. Além da vivência cotidiana mais sistemática com as interlocutoras, acompanhei de forma mais distante outras empregadas domésticas que também moram na cidade em suas diversas práticas cidadinas. As relações entre os dois bairros são marcantes, construindo vínculos de emprego e de sociabilidade (relações de amizade e parentesco, templos religiosos, serviços de saúde e assistência social) que justificam deslocamentos em todos os dias da semana (Souza, 2018).

Nessa realidade, observei também que havia trocas sociais entre as empregadas domésticas, o condutor e o agente de bilhete de passagem. Os relatos dão conta de trocas de solidariedade, por exemplo, segundo uma das interlocutoras me disse no ônibus a caminho do trabalho: “Seu Zé lembrou de mim e não arrancou com o ônibus, passou dez minutos, ele me viu e me esperou!”. A realidade se configura, portanto, em relações recíprocas de ajuda mútua demarcadas pela vivência em circulação orientadas pelo senso de coletividade na produção do espaço urbano, pois ambos, empregada doméstica e condutor do ônibus, são trabalhadores.

Fim do expediente: volta para casa e outras coisas para fazer na cidade

Durante o trajeto, muitas das mulheres confessaram que suas jornadas são de mais de 8 horas. Tendo acordado às 5h00 da manhã, já começam a preparar os cuidados com a casa e a família, para às 8h00 já estarem nas casas das patroas. Retornavam tarde e ainda tinham que lidar com mais trabalho de organização de suas casas ao retornarem do trabalho. Aos finais de semana, muitas trabalhavam no sábado e só tinham o domingo para o descanso e a vida social, sendo que muitas vezes utilizavam a folga para o trabalho em suas residências, como lavar e passar roupas e fazer faxina.

Além disso, percebi que muitas mulheres apresentam uma frequência muito pequena de mobilidade para o lazer como parques, teatros e casas de show. Paradoxalmente, elas relatam uma frequência maior de mobilidade para templos religiosos, serviços de saúde e assistência social que justificam deslocamentos em todos os dias da semana. Conforme aponta Law (1999), as mulheres se movem pelas cidades para realizar as atividades que envolvem interação com os equipamentos urbanos.

Outro ponto relevante é a volta para casa. Essa designação remete comumente a uma série de sentidos relativos a “chegar na minha casinha”, rever os filhos (carências) e negatividade (mais trabalho por fazer). No entanto, algumas falas direcionam para a liberdade de poder fazer outras coisas na

cidade, tais como fazer as compras do mês e ir até o centro de Montes Claros/MG. Nesse “fazer a cidade”, conforme aponta Agier (2011), identificam-se as iniciativas sociais, as redes de relações sociais, os desvios de sentido e variadas apropriações do espaço e as tomadas de palavra em momentos rituais, políticos e estéticos que caracterizam a cidade viva.

Entretanto, boa parte dessas mulheres narra que suas idas e vindas à região central ainda está relacionada com a ida a farmácia e ao supermercado, invisibilizando possíveis liberdades dessas mulheres negras, como bem salientou Collins (2019). A autora demarca como são as realidades das “mães solo” de várias cidades brasileiras que estão confinadas ao trabalho doméstico e de cuidados.

Mulheres unidas pelo trabalho: as redes sociais de apoio

Nesse sentido, como nos é indicado nas reflexões de Velho (2002), os sujeitos se movimentam pelo espaço urbano por meio de redes de relações nas quais se amalgamam diferentes visões de mundo e a partir de campos de possibilidade nos quais os sujeitos põem em prática as suas razões, motivações e aspirações, dialogando com as dádivas e restrições que seu meio econômico, social e cultural lhes oferece.

As mulheres carregam o peso da sua classe social como trabalhadoras domésticas. Ela se cruza com outras características sociais devido a diferenças de raça, gênero, sexualidade e religião. Os relatos permitem uma consideração mais ampla da reprodução social e da falta de direitos humanos no contexto do cenário global. Muitas delas estão lutando pela sobrevivência e para existir.

O pouco contato neste ambiente foi revelador dos significados atribuídos por elas à noção de redes de apoio. Segundo relato de uma delas:

Nasci em uma comunidade perto de Nova Esperança. Mudei para Nova Esperança⁶ com treze anos. Minha avó e minha mãe trabalharam como domésticas. Minha irmã saiu antes, com doze anos, com minha tia, para Montes Claros. Foram indicadas pela minha mãe na casa da antiga patroa dela, que sabendo que fazemos o serviço direitinho, deu o serviço. Eles me pagavam pouco, meio salário mínimo, mas, para mim, era muito dinheiro. Até hoje [35 anos], trabalho como doméstica. Elas [patroas] estão sempre mudando de empregada. Aqui no condomínio, tenho várias amigas lá de Nova Esperança. Com o celular, temos um grupo no WhatsApp, conseguimos falar de emprego, se em tal casa está precisando de empregada, essas coisas. Não falamos de direitos trabalhistas, não! É mais como que é o serviço. Depois encontramos aqui, no ponto de ônibus. O ônibus é o lugar que a gente mais encontra, tem horário que só dá domésticas. E daqui cada uma vai se falando e contando as novidades. Tenho uma ou duas amigas, domésticas, que eu posso contar para arranjar trabalho, pedir dinheiro emprestado, me acompanhar no médico, pedir conselho, né? Confiar (Comunicação

6 É um distrito do município brasileiro de Montes Claros, no interior do estado de Minas Gerais. Dista de Montes Claros em 22,7 km.

oral de doméstica no ponto de ônibus de um condomínio de alto padrão; 45 anos, 22 anos trabalhando como doméstica)!

Embora se reconheça que as dinâmicas de produção do espaço urbano conduzam a segregações espaciais e contrastes socioeconômicos agudos (Massey, 2009), os processos de ocupação e fixação em territórios na cidade obedecem à agência de redes de relações – parentesco, compadrio, amizade, trabalho – e não são realizados sem que haja preferências e ponderações por parte dos sujeitos envolvidos dentro das possibilidades objetivamente existentes (Velho, 2002).

Assim, as redes sociais podem ser consideradas como um dos principais recursos de que as domésticas dispõem no que diz respeito ao apoio recebido e percebido, seja na indicação para o trabalho ou na ajuda durante o processo migratório. As redes, de fato, “carregam” símbolos, representações, significados, informações, identificações e diferenças; ligam e desligam, de acordo com a situação social de cada empregada doméstica.

Os diálogos estabelecidos no ponto de ônibus revelaram que há uma grande desconfiança e estratégias de fuga, proteção e autoajuda por parte das domésticas, mas, ao mesmo tempo, o que parece uni-las são suas vivências e resistências nessas territorialidades, *a priori*, invisibilizadas ou pelo senso de direção e do desconhecimento. A grande maioria disse saber onde está localizado determinado equipamento urbano e que andam pela cidade sozinhas sem precisar de ajuda de ninguém. Em diálogo com uma interlocutora, ela afirmava: “Conheço tudo aqui nessa cidade!”.

Como fecho desta seção, ressalta-se a discussão de Tavares (2015) sobre as práticas sociais de resistência, insistência e vivência das empregadas domésticas para desconstruir os estereótipos de gênero que ainda persistem em nossa sociedade sobre o corpo dessas trabalhadoras. Assim, as domésticas se põem em movimentos que sugerem enfrentamentos e pesadas discriminações, abusos, explorações e até violências inerentes à condição de pobreza e vulnerabilidade, cujas redes sociais de apoio e reciprocidade representam e reconstroem seus sentidos de vida e trabalho na cidade.

“Pare o ônibus que eu quero descer!”: reflexões finais

A apropriação dos espaços públicos urbanos a partir das experiências sociais das empregadas domésticas negras desvelou que os fluxos e contrafluxos se dão em função do trabalho e dos cuidados com a casa e a família. As práticas sociais revelam que essas trabalhadoras contam com a compreensão de outros trabalhadores, como o motorista de ônibus, em relações recíprocas de ajuda mútua demarcadas pelas vivências em circulação orientadas pelo senso de coletividade na produção do espaço urbano; os significados e os sentidos que essas sujeitas atribuem ao deslocamento na cidade perpassam por “chegar na minha casinha”, rever os filhos (carências) e a negatividade (mais trabalho por fazer). No entanto, algumas falas direcionam para a liberdade de poder fazer outras coisas na cidade, tais como fazer as compras do mês e ir até o centro de Montes Claros/MG.

Nesse sentido, a perspectiva centrada nas *black geographies* demonstrou

que espaços generificados de resistência e vivência dos quais partem os corpos das mulheres negras e trabalhadoras domésticas podem ser uma das possíveis contribuições ao debate sobre a questão racial para os estudos urbanos. Cabe destacar como muitos trabalhos de pesquisa com mulheres e mobilidade urbana tem destacado as relações com o transporte público, uso do tempo, local de moradia, trabalho e políticas urbanas para as mulheres negras.

Pode-se afirmar que as empregadas domésticas negras se movem pelos espaços públicos da cidade de Montes Claros pelo e no trabalho, promovendo os cuidados com a família, nas suas vivências e resistências nessas territorialidades, *a priori*, invisibilizadas ou pelo senso de direção e do desconhecimento. O meio urbano impõe discriminações, abusos, explorações e até violências físicas ou simbólicas, revelando que a mobilidade também é estruturada por relações étnicas e raciais.

O ponto de ônibus, com suas características gerais, sua movimentação, seus aspectos geográficos, os espaços disponíveis e sua articulação com a cidade vai formar, de alguma maneira, as vivências coletivas dessas empregadas domésticas. Desse modo, os ônibus com a linha 5801 são representados no senso comum como um espaço demarcado por só transportar “domésticas”.

Dessa forma, foi possível identificar performances de inserção dessas interlocutoras no modo de fazer a cidade que engloba a construção de redes de sociabilidade feminina e de táticas de resistência às expulsões e às diversas formas de perseguição e controle inerentes ao exercício dessas atividades laborais e ao atravessamento delas pelas ordens de gênero e raça. Quanto mais fortificada a urbanidade, maiores são os mecanismos disponíveis para se territorializar o espaço urbano. As lutas dessas mulheres não se revestem apenas no reconhecimento de direitos, mas às reais melhorias das suas condições de vida e trabalho nas cidades.

Referências

AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade**. Lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

ALSAYYAD, Nezar; ROY, Ananya. Modernidade medieval: cidadania e urbanismo na era global. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 85, p. 105-128, 2009.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/>. Acesso em: 15 maio 2025.

BÜSCHER, Monika; URRY, John; WITCHER, Katian. (Eds.). **Mobile Methods**. Londres: Routledge, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019 [1990].

COSTA, Amanda Karoline de Sousa; DIMENSTEIN, Marcela. Um Estudo sobre a Mobilidade de Mulheres Negras em João Pessoa/PB. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 160-182, 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

FAGNANI, Jeanne. Women's commuting patterns in the Paris region. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, Paris, v. 24, p. 12-24, 1983.

FARIA, Guélmer Júnior Almeida de. Rotas e redes acionadas por trabalhadoras domésticas imigrantes do Norte de Minas Gerais, Brasil. **Boletim (Trans)Fronteriza (CLACSO)**, Buenos Aires, n. 20, v. 1, p. 35-41, 2024.

FARIA, Gabriela Cicci. **Cidades possíveis: espaço e gênero em escolhas de mobilidade urbana**. 2019. 188 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FREITAS, Lídia dos Santos Ferreira de; GONÇALVES, Eliane. Corpos urbanos: direito à cidade como plataforma feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 62, e216210, 2021. <https://doi.org/10.1590/18094449202100620010>.

GARCIA, Antônia dos Santos. Espaço, gênero e raça: os movimentos sociais e os desafios contemporâneos. **Revista da Associação Brasileira de**

Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), Curitiba, v. 12, n. 34, p. 32-53, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 [1980].

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-grafias Negras & Geografias Negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, Curitiba, 12, ed. especial, p. 292-311, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População estimada**: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/panorama>. Acesso em: 12 out. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. Textos para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA. 2019.

LAW, Robin. Beyond 'women and transport': towards new geographies of gender and daily mobility. **Progress in human geography**, Manchester, Reino Unido, v. 23, n. 4, p. 67-588, 1999.

LEAL, Anna Letícia Araújo. **Interseccionalidade e cidade: a experiência de mulheres negras na Comunidade Cidade Cristo Rei em Montes Claros-MG**. 2023. 114 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Centauro, São Paulo, 2001.

LYRA, Júlia de Freitas Correia. Sujeitas públicas, narrativas anônimas: espacializando o medo e a (im)permanência da mulher no âmbito urbano em Maceió/AL – Brasil. **Fórum Sociológico** [Online], Lisboa, n. 36, 2020.

LYRA, Júlia de Freitas Correia. **A mobilidade urbana de trabalhadoras domésticas remuneradas em Maceió-AL, Brasil**. 2023. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2023.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAYORGA, Claudia; RUEDA, Lupicinio Íñiguez. Gênero, feminismo e cidades. **URBS: Revista de estudios urbanos y ciencias sociales**, Almería, v. 9, n. 1, 2019, p. 9-15.

MCKITTRICK, Katherine. **Demonic grounds**: black women and the cartographies of struggle. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

MCKITTRICK, Katherine; WOODS, Clyde (org.). **black geographies and the politics of place**. Toronto: Between the Lines, 2007.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 [1990], p. 265-268.

OLIVEIRA, Anita Loureiro. Corpo, espacialidade e maternagem: trilhas para uma geografia corporificada. **Revista da ANPEGE**, Recife, v. 17, n. 32, p. 217-243, 2021.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. 347f. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

ROSA, Renata Adriana. **As mulheres e os territórios do cotidiano: uso do tempo e mobilidade feminina nas cidades de Belo Horizonte e do Recife**. 2018. 236 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria. **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2014.

SILVEIRA, Luísa Horn de Castro, BORDA, Bibiana Valiente Umann, MACHRY, Sabrina da Rosa; VARGAS, Júlio Celso Borello. Mobilidade urbana saudável no cruzamento das avenidas identitárias: experiências móveis de mulheres pretas. **Ponto Urbe** [Online], São Paulo, n. 30, 2022.

SOUZA, Lorena Francisco de Souza, CIRQUEIRA, Diogo Marçal, SOUSA, Patrício Pereira Alves de; RATTS, Alex. Uma geografia das corporeidades e das diferenças. In: MATOS, Patrícia Francisca de; COSTA, Carmem Lúcia (Orgs.). **Uma geografia do século XXI**: temas e tensões. Curitiba: CRV, 2020.

SOUZA, Rogério Martins Furtado de; SINDEAUX, Roney Versiani. **Boletim Informativo do Mercado de Trabalho Formal de Montes Claros – MG**, mai. 2024. Disponível em: <https://www.gepad.unimontes.br/wp-content/uploads/2024/09/Boletim-Informativo-do-Observatorio-do-Trabalho-ABR-2024.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

SUBRAMANIAN, Sheela. Embodying the space between: unmapping writing about racialised and gendered mobilities. In: UTENG, Tanu P.; CRESSWELL, Tim. **Gendered Mobilities**. 1. ed. s.l.: Ashgate, 2008.

TAVARES, Rossana. Corpos que chegam, que ficam e que vão. In: GUIMARÃES, Victor (Org.). **Doméstica**. coletânea de textos + filme. 1ª edição 2015, Desvia Produções, Recife.

TRUTH, Sojourner. “**E eu não sou uma mulher?**”: A narrativa de Sojourner Truth. 1ª Edição: Imã Editorial, Rio de Janeiro, 2020.

VELHO, Gilberto. Antropologia e cidade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002. 295 p.

VIDAL E SOUZA, Candice. **A vida móvel das mulheres entre os bairros e as cidades**: explorações antropológicas em fronteiras urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Minas Gerais/Brasil). Universitas Humanística, Bogotá, n. 85, p. 293-318, 2018.

VIDAL E SOUZA, Candice; OLIVEIRA, Marcos Fontoura de. **Os espaços de mobilidade das mulheres e os significados da separação**. 2021. Disponível em: <https://observatoriodabicicleta.org.br/uploads/2021/03/Osespacosdemobilidade dasmulhereseossignificadosdaseparacao.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

ZIMMERMANN, Alexandra Arca. **O uso do move nas estratégias de deslocamentos cotidianos de mulheres em Belo Horizonte**. 2018. 384 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

WHYTE, Foote Willian. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005 [1943].

Recebido em 28 de junho de 2024.

Aceito em 30 de novembro de 2024.

Guélmer Júnior Almeida de Faria